

Reunião de Assembleia Geral Ordinária da
União Brasileira de Compositores (UBC).

1. Almir Francisco Moreira
2. José Mário Nogueira
3. Pedro Belmiro
4. Arildo de Souza
5. Edmundo Souto
6. Jorge Motta Vieira
7. Carlos Mills
8. Abel Ferreira da Silva
9. Emmanuel Goes Boavista
10. Geraldo Vianna de Lacerda
11. Elias Muniz Sobrinho
12. Paulo Sergio Valle
13. Aloysio Reis
14. Frederico Guilherme do Rego Falcão
15. Sueli Costa

Rio de Janeiro, 21 de março de 2018.


Abel Ferreira da Silva

(Diretor-Superintendente)


Fábio Geovane

(Secretário da Assembleia)

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezoito, na sede social, às quatorze horas, em segunda convocação, em conformidade com o que determina o Estatuto Social, em seus artigos 20, parágrafo 1º; 21, 22, letra a) e 26, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da União Brasileira de Compositores, com a presença dos associados que firmaram o termo acima. Abertos os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia a Sr. Abel Ferreira da Silva, Diretor Superintendente. Logo após, convidou a Sr. Fábio Geovane, para secretariar a reunião e procedeu à leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário oficial do Rio de Janeiro e no Jornal ODIA, no dia 27 de fevereiro de 2018, e no dia 07 de março de 2018 no Jornal ODIA, e ainda no website da UBC, no twitter e para os endereços eletrônicos dos titulares associados e ainda no informe de pagamento do final de fevereiro, a seguir transcrito: **"UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES – UBC EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** Ficam os sócios da União Brasileira de Compositores – UBC convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 21 de março de 2018, na Rua do Rosário, nº 01 – 12º andar, Centro – RJ, às treze horas em primeira convocação e às quatorze horas em segunda e última convocação, com qualquer número, em obediência aos Artigos 20, parágrafo 1º, 21, 22 letra a) e 26, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Aprovação da ata anterior; 2) Discussão e julgamento do Relatório e do Balanço do exercício de 2017. **ABEL FERREIRA DA SILVA – Diretor Secretário Superintendente**". Em seguida dando início à ordem do Dia, o Diretor Superintendente deu início aos trabalhos e fez relato das principais atividades da entidade ao longo do ano, ressaltando a sua atuação na defesa dos direitos autorais. Em seguida, passou a palavra ao Secretário que fez a leitura dos atos de convocação e informou acerca da natureza e dinâmica da assembleia. Posteriormente, o assessor jurídico Sydney Sanches fez breve relato da atuação jurídica da Entidade nos planos judicial e institucional. Ato contínuo, o Diretor Executivo, Sr. Marcelo Castello Branco informou aos presentes sobre as atividades da Entidade no ano de 2017, destacando o crescimento do quadro social, com o ingresso de importantes associados, o aumento da arrecadação e as conquistas no plano internacional, onde a UBC tem tido reconhecido destaque. Em continuidade, o secretário, que também exerce as atribuições de Gerente de Operações, Sr. Fabio Geovane, fez a apresentação das atividades operacionais, informando acerca dos serviços da entidade, que conta com nova estrutura e ferramentas tecnológicas, que irão contribuir para melhorar o atendimento aos associados. Em seguida, a Gerente Financeira apresentou o relatório financeiro e Balanço do exercício de 2016, conforme texto em anexo, que faz parte integrante da presente, intitulado Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 em Dezembro de 2017, auditado pela empresa de auditoria Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes, com os devidos comentários dos auditores. Com registro de 15 (quinze) associados presentes e atingido o quórum necessário à deliberação, o relatório dos auditores e o balanço foram submetidos à aprovação e aprovados por unanimidade pela assembleia. Em continuidade, no âmbito das previsões orçamentárias decorrentes do balanço aprovado, a assembleia homologou e aprovou, por unanimidade, o plano de cargos e salários do quadro funcional, bem como a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal, com registro de 15 (quinze) associados presentes e atingido o quórum necessário à deliberação, foi homologado e aprovado por unanimidade pela assembleia, conforme Anexo III e IV. Por fim, o Diretor Executivo o exercício findo foi um bom ano, no qual a UBC atingiu suas metas e terminou o ano de 2017 de forma superavitária. Nada mais havendo a se considerar, foi encerrada a presente Assembleia, às 16h, tendo o Presidente ordenado à lavratura da Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Firmam a presente ata o Presidente e o Secretário.



Rio de Janeiro, 21 de março de 2018.


Diretor Superintendente
Abel Ferreira da Silva

Secretário da Assembleia
Fábio Geovane

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 1290
201805251622116 - 18/06/2018
Emol. 170,94 - Tributo: 58,13

Selo: ECMD 42427 UDM
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcprj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Almir F. da Silva
Oficial Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

AAA 11025245

Boucinhas, Campos & Conti

Audidores Independentes

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

ESTADO DO

RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários
e Registradores do Estado
do Rio de Janeiro

AAA 11025274

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Administradores e Conselheiros da
UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, dos superávits acumulados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Auto de Infração classificado como perda possível

A Nota Explicativa nº 9.b descreve que a Entidade recorreu às medidas judiciais cabíveis, buscando a anulação da cobrança de crédito tributário decorrente de Auto de Infração com referência à cobrança da "CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico". A Administração da Entidade e seus assessores jurídicos avaliaram como possível as chances de perda nessa ação cujo montante do valor principal é R\$ 13.220 mil. Conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25, passivos contingentes, obrigações qualificadas como possíveis, devem ser apenas divulgadas, no entanto, conservadoramente, a administração da Entidade decidiu por efetuar o registro da provisão. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 15 de fevereiro de 2017 que não conteve nenhuma modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2018.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-0 RJ

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

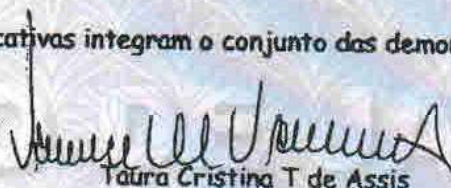
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

		R\$ Mil	
	Notas	2017	2016
CIRCULANTE		189.482	107.361
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	187.011	103.713
Adiantamento de Direito Autoral		2.033	1.485
Adiantamento a Fornecedores		19	99
Impostos a Recuperar		3	1.750
Despesas Antecipadas		275	138
Outros Créditos		141	176
NÃO CIRCULANTE		25.346	19.915
Realizável a Longo Prazo		23	79
Depósitos e Caução		23	79
Imobilizado	5	24.806	19.362
Intangível	6	517	474
TOTAL DO ATIVO		214.828	127.276

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Taíra Cristina T de Assis

Gerente de Controle Financeiro e Contábil

CRC 071459/O-1

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES


Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	Notas	R\$ Mil	
		2017	2016
CIRCULANTE		151.146	69.758
Obrigações Fiscais/ Sociais a Recolher	7	4.777	1.026
Contas a Pagar		133	295
Provisões de Férias/Outras		1.836	1.050
Direitos Autorais a Pagar		20.692	792
Direitos Arrecadados a Distribuir	8	123.708	66.595
Nacional		34.322	27.183
Exterior		89.386	39.412
NÃO CIRCULANTE		14.191	14.260
Provisão de Honorários Advocatícios	9a	971	971
Provisão Contencioso		-	69
Provisão Auto de Infração - CIDE	9b	13.220	13.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.491	43.258
Superávit Acumulado		49.491	43.258
TOTAL DO PASSIVO		214.828	127.276

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


 Taura Cristina T de Assis

Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1




UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

	Notas	R\$ Mil	
		PERÍODOS DE	
		01/JAN/17 A 31/DEZ/17	01/JAN/16 A 31/DEZ/16
RECEITAS OPERACIONAIS		<u>34.703</u>	<u>26.501</u>
Taxa de Administração		34.610	26.426
Exterior		493	728
Nacional		34.117	25.698
Outras Receitas		93	75
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(34.505)</u>	<u>(26.174)</u>
Pessoal	10a	(18.255)	(15.130)
Administrativas	10b	(11.475)	(7.835)
Remuneração Mínima e Assistência Social	10c	(428)	(463)
Depreciação		(1.146)	(302)
Tributárias	10d	(3.201)	(2.444)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>198</u>	<u>327</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>10.778</u>	<u>12.233</u>
Receita Financeira	11	10.932	12.540
Despesa Financeira	11	(154)	(307)
SUPERÁVIT ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>10.976</u>	<u>12.560</u>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>(4.743)</u>	<u>(4.641)</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u>6.233</u>	<u>7.919</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


 Tauro Cristina T de Assis
 Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1

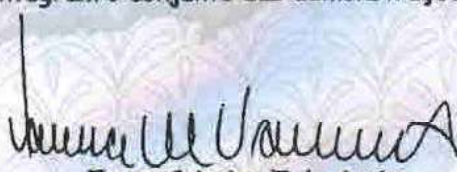
UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS ACUMULADOS

	R\$ Mil	
	PERÍODOS DE	
	01/JAN/17 A 31/DEZ/17	01/JAN/16 A 31/DEZ/16
SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>43.258</u>	<u>35.339</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	6.233	7.919
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>49.491</u>	<u>43.258</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1

RIO DE JANEIRO



UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ Mil
 PERÍODOS DE

01/JAN/17 01/JAN/16
 A A
 31/DEZ/17 31/DEZ/16

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Superávit/Déficit do exercício	6.233	7.919
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.146	302
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	82	-
Constituições de provisões	717	933
Aumento nas Contas de Adiantamentos	(468)	(1.200)
Redução (Aumento) em Impostos a Recuperar	1.747	(1.750)
(Aumento) Redução nas Outras Ativos	(43)	237
(Redução) Aumento em Contas a Pagar	(162)	4
Aumento (Redução) de Obrigações Fiscais / Sociais	3.751	(644)
Aumento (Redução) de Direitos Autorais a Pagar	19.900	(2.062)
Aumento de Direitos Arrecadados a Distribuir	57.113	18.404
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	<u>90.016</u>	<u>22.143</u>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições de Imobilizado	(6.640)	(3.701)
Aplicação no Intangível	(78)	(36)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	<u>(6.718)</u>	<u>(3.737)</u>

AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	103.713	85.307
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	187.011	103.713
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>83.298</u>	<u>18.406</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Taura Cristina T de Assis

Gerente de Controle Financeiro e Contábil

CRC 071459/O-1



UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES foi fundada em 22/jun./42, trata-se de uma sociedade civil de natureza privada, sem fins lucrativos.

Seu objetivo principal é a defesa moral e material dos direitos autorais ou a propriedade artística e literária de seus sócios no Brasil e no exterior, por meio de contratos com entidades nacionais e estrangeiras.

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, instituído pela Lei nº 5.988, de 14/dez./73, é responsável pela arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e repasse dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram. Do total arrecadado, o ECAD destinava até julho/2016 80% aos detentores dos direitos autorais, 6,12% às associações e 13,88% referem-se à sua taxa administrativa. Até agosto/2016 o ECAD destinava 82,50% aos detentores dos direitos autorais, 5,36% às associações e 12,14%. A partir de agosto/2017 o ECAD passou a destinar 85% aos detentores dos direitos autorais, 5% às associações e 10% sua taxa de administração, esses percentuais foram modificados por força da Lei 12.853 de 14/08/2013.

A UBC se encarrega da distribuição da receita recebida do ECAD para seus associados, nacionais e estrangeiros.

A taxa administrativa da UBC, além dos 5% líquidos em 31/12/2017 repassados pelo ECAD, conforme citado anteriormente, é também composta por 15% dos direitos arrecadados pelas entidades estrangeiras, sendo que para a sociedade japonesa Jasnac o percentual é de 10%.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CFC emitiu a resolução 2015/ITG2002(R1) (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros) que trata de orientações específicas para entidades sem finalidades lucrativas e do terceiro setor, combinada com a NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria para divulgação em 27/02/2018.

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

c) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

d) Provisão de Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

e) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis pelo regime de competência, considerando que o fato gerador da principal receita da sociedade é o efetivo recebimento da distribuição efetuada pelo ECAD, responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais, utilizando-se para tal os critérios e procedimentos estabelecidos em regulamentos internos.

f) Contribuição Social

Foi calculada com a aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação vigente.

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

g) Provisão p/ Imposto de Renda

Foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescida da alíquota adicional de 10%, conforme legislação em vigor, sem a redução dos incentivos fiscais.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da entidade não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

APLICAÇÃO	2017	2016
Caixa	5	20
Bancos	711	88
Aplicações Financeiras (RDB/CDB)	<u>186.295</u>	<u>103.605</u>
-Banco Santander S/A	67.558	4.564
-Banco Caixa Econômica Federal S/A	78.445	99.040
-XP Investimentos	40.292	-
TOTAIS	187.011	103.713

NOTA 5. IMOBILIZADO

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	2017			2016
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Imóveis	4%	20.979	1.177	19.802	1.371
Instalações	10%	3.876	379	3.497	56
Móveis e Utensílios	10%	1.436	484	952	122
Máquinas e Equipamentos	10%	219	137	82	39
Equip. de Informática	20%	1.916	1492	424	346
Equip. e Linhas Telefônicas	10%	69	43	26	25
Outros	10%	45	22	23	23
Adiant.p/ Compra de Imob.	-	-	-	-	17.380
TOTAIS		28.540	3.734	24.806	19.362

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

a) Recuperabilidade de Ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - "impairment" em 31 de dezembro de 2017.

b) Vida Útil Econômica dos Bens

A administração da entidade entende que, com base em levantamentos e análises internas e na experiência que possui sobre o imobilizado, o seu valor de recuperação é semelhante aos valores contábeis.

NOTA 6. INTANGÍVEL

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	2017	2016
Software	20%	415	79
Marcas e Patentes		85	85
Projeto Software - FastTrack		369	310
TOTAL		869	474

NOTA 7. OBRIGAÇÕES FISCAIS/SOCIAIS A RECOLHER

As obrigações são identificadas como:

ITENS	2017	2016
INSS	250	230
FGTS	72	67
IRRF	3.226	512
COFINS	565	175
PIS	121	36
IRPJ	225	-
CSLL	303	-
ISS	6	1
Contribuições Retidas	9	5
TOTAL	4.777	1.026

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

AAA 11025287

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 8. DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representam os valores recebidos pelo ECAD e do Exterior a serem repassados para os detentores dos direitos autorais.

O pagamento aos autores nacionais é efetuado de imediato, após o recebimento dos recursos.

O pagamento para as sociedades estrangeiras é efetuado após o fechamento do trimestre de arrecadação pelo ECAD.

Os adiantamentos concedidos pelo ECAD são descontados nos fechamentos trimestrais de janeiro, abril, julho e outubro.

NOTA 9. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) Provisão de Honorários Advocaticios

Trata-se dos honorários de êxito no percentual de 2% (dois por cento), sobre o benefício financeiro obtido, deduzido do honorário pró-labore já recebidos, relativo à ação anulatória objetivando o reconhecimento da não incidência da CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.

b) Provisão Auto de Infração CIDE

Provisão constituída no montante de R\$ 13.220, referente ao valor principal devido no Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil relativo à cobrança da "CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico". Atualmente, o débito encontra-se em dívida ativa da União e a administração da entidade, junto a seus assessores jurídicos, recorreu às medidas judiciais cabíveis, a fim de anular a respectiva cobrança do crédito tributário, por julgar totalmente improcedente a cobrança da citada contribuição, em face da natureza de suas atividades operacionais, centralizadas na gestão de direitos autorais.

Em Garantia da execução do Auto de Infração da citada ação a entidade ofereceu seu patrimônio imobiliário, com valor envolvido de R\$ 56.287, conforme mencionado no relatório de seus assessores jurídicos, que classifica a ação como perda possível nos termos da NBC TG 25, aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

c) Processo CADE

Encontra-se em processo administrativo instaurado no CADE a cobrança de multa no valor de R\$586, prognóstico de perda da ação julgada pelos assessores jurídicos da entidade como possível.

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 10. DESPESAS OPERACIONAIS

São representadas conforme demonstrado:

a). Pessoal

ITENS	2017	2016
Salários e Outras Remunerações a Empregados, Diretoria e Conselho Fiscal	12.490	10.560
Benefícios a Empregados	2.423	2.957
Encargos e Contribuições s/ Salários	3.269	1.606
Outras despesas	73	7
TOTAL	18.255	15.130

b) Administrativas

ITENS	2017	2016
Propaganda e Eventos Sociais	1.162	522
Material de Escritório e Consumo	186	101
Viagens Nacionais e Internacionais	987	904
Contribuição Ciscac	326	311
Honorários Advocatícios	2.437	909
Provisão Honorários Advocatícios -CIDE	-	971
Despesas c/ Correios	132	118
Provisão Atualização Reserva Exterior	2.304	-
Serviços prestados - PJ	1.106	772
Impostos e taxas	683	1.280
Despesas Diversas	2.152	1.947
TOTAL	11.475	7.835

c) Remuneração Mínima e Assistência Social

ITENS	2017	2016
Plano de Remuneração Mínima	368	365
Assistência Social - Medicamentos	46	44
Auxílio Funeral	4	27
Auxílio Viuvez	2	2
Assistência Médica e Dentária	7	19
Auxílio Emergencial	-	2
Despesa c/ Funeral	1	4
TOTAL	428	463

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores Expressos em R\$ mil)

d) Tributárias

ITENS	2017	2016
PIS S/ Percentual Societário	571	436
COFINS S/ Percentual Societário	2.630	2.008
TOTAL	3.201	2.444

NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é demonstrado como segue:

ITENS	2017	2016
Receitas Financeiras	10.932	12.540
Rendimento s/ Aplicação Financeira	10.827	12.535
Outras Receitas Financeiras	105	5
Despesas Financeiras	(154)	(307)
Variações Monetárias Passivas	-	-
Despesas Bancárias	(150)	(135)
Multas	(4)	(172)
Outras Despesas Financeiras	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	10.778	12.233


Tauro Cristina T. de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1


Marcelo Castelo Branco
Diretor Executivo

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 146, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.
Matr: 1290
201805251622116 18/06/2018
Emol: 165,98 Tributo: 56,44
Selo: ECMD 42430 SLJ
Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Almir F. da Silva
Oficial Substituto

